

O MITO DO ALEIJADINHO

Uma Mentira Pregada de Boa-Fé

Rubens Falcão

Em Belo Horizonte, na sua mansão da Avenida do Contorno, vive em companhia do filho, cercado do carinho da nora e dos netos, o historiador Augusto de Lima Júnior. Homem agradabilíssimo, é um encanto a sua palestra. Culto e talentoso, trabalhador e jovial, está sempre a investigar as coisas da História do Brasil, do seu passado mais remoto, e assim tem pôsto por terra tabus consagrados, sem se importar que isto lhe traga (e muitas vêzes lhe tem trazido), a incompreensão e até o ataque dos que, por comodismo, se acostumaram a repetir velhos chavões. O que a êle, historiador honesto, interessa é a Verdade, e para que ela se faça não descansa, vive a persegui-la.

Em um dos nossos últimos contatos, foi a figura legendária do Aleijadinho o tema que nos prendeu durante algumas horas. Uma aula, uma grande aula foi-nos então ministrada, com uma eloquência e vivacidade pouco comuns em um homem que está beirando os oitenta janeiros. Não resistimos à satisfação de anotar quanto nos era comunicado, através de uma palavra fácil, correntia e, por vêzes, pontilhada de um chiste adorável. Valendo-nos da memória e dos apontamentos tomados à pressa, enquanto durou aquêle encontro, vamos tentar reproduzir o que nos disse Augusto de Lima Júnior sôbre a controvertida figura do arquiteto mineiro. Não há como deixá-lo falar. O seu depoimento é, para nós, de uma importância extraordinária, pois deita luz sôbre um dos pontos mais obscuros da nossa História. Existiu mesmo êsse Antônio Francisco Lisboa, ou é

isto mera “conversa fiada”? Fale, pois, quem pode falar, quem tem autoridade para falar. Mais ou menos estas as palavras do mestre das Alterosas:

— “Nos meados do século dezenove”, — começou — “quando Minas estava reduzida a um atraso terrível, resultante do êxodo dos elementos idôneos, emigrados para poder subsistir, um professor de primeiras letras, Rodrigo José Ferreira Brêtas, lançou uma das maiores mistificações históricas que se conhecem, com tanta habilidade, aliás, que sômente em nossos dias, com o relativo progresso da cultura e do conhecimento das Artes, verificou-se que o *Aleijadinho* do Brêtas era uma mentira, pregada talvez de boa-fé. Surgiu, porém, um documento de falsificação que desconsertou os que estudavam o assunto. Brêtas citava, como existindo, um documento que êle atribuiu a um vereador de Mariana, Joaquim José da Silva, o que ficou provado ser mentira. Percorridos os livros, um a um, pelo grande mestre Salomão de Vasconcelos, o que se encontrou desmentiu Brêtas de modo formal. O documento encontrado por Salomão de Vasconcelos é o seguinte (êsse documento foi-nos ditado): “No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1792, nesta leal cidade de Mariana, onde veio o Ouvidor-Geral e Corregedor da mesma Comarca, Antônio Ramos da Silva Nogueira, comigo, Escrivão abaixo-nomeado, aí se achavam presentes os oficiais da mesma Comarca que atualmente servem, aos quais fêz o dito Ministro audiência para o efeito de nela dar as providências necessárias que por êle lhe foi requerido para atividade pública, fazendo-lhes as perguntas seguintes: “

..... Depois de feitas as perguntas I e II, foi feita a III. “Perguntou-lhes se o segundo vereador atual apresentou em Câmara dêste ano as memórias dos estabelecimentos e casos mais notáveis dignos da História, sucedidos nesta cidade, desde a sua fundação e se acham ou não registrados na forma da Ordem que veio no ano de 1784 e se por dois Officiais foi visto e examinado. Responderam que êste se achava fazendo e que antes de finalizar o ano havia de apresentar para ser registrado.”

Pousando os óculos sôbre a mesa, prosseguiu o historiador: “Ora, se em 1792 se tratava de designar o vereador Joaquim José da Silva para relatar os fatos alusivos à cidade de Mariana, como seria que êle, em 1790, conforme audaciosamente escreveu o Sr. Brêtas, já tinha redigido aquêle aranzel pedante e cheio de anacronismos, sem nada de Mariana, mas recheado de tolices sôbre Ouro Prêto, como a história do sargento-mor Pedro Gomes Chaves, projetando a Matriz de Ouro Prêto, que Pombal teria construído, quando as três igrejas que precederam à atual já tinham as suas origens claramente relatadas por frei Miguel de São Francisco, que as deu a frei Agostinho de Santa Maria, para seu famoso *Santuário Mariano*. Começou por aí a fabricação histórica do Brêtas, e foi realmente muito longe.”

FABRICAÇÃO DO MITO

O assunto nos estava empolgando e como o professor, a cada passo, se mostrasse mais entusiasmado, pedimos-lhe continuasse, pois éramos todo ouvidos. E ele não se fez de rogado, prosseguindo para nosso enlêvo: "Baseado na história do suposto vereador de Mariana, que não foi de Mariana, porém sim dêle, Brêtas, resolveu-se o inventor do Aleijadinho a começar a carreira do seu pupilo. Escreveu Brêtas em sua monografia (nôvo ditado): "Antônio Francisco Lisboa nasceu a 20 de agôsto de 1730 no arrabalde desta cidade, que se denomina de Bom Sucesso, pertencente à Freguesia de N. Sra. da Conceição de Antônio Dias. Filho natural de Manoel Francisco da Costa Lisboa, distinto arquiteto português, teve por mãe uma africana ou crioula de nome Isabel e escrava do mesmo Lisboa, que o libertou por ocasião do batismo." Ora — pondera Augusto de Lima — Manoel Francisco da Costa, que, como vamos ver daqui a pouco, aparece no Registro da matriz de Antônio Dias, não é Lisboa, senão na cachola do Brêtas. Manoel Francisco da Costa era minerador nas minas do Bom Sucesso e assim está matriculado no Livro da Guardamoria. O Registro da matriz de Antônio Dias é o seguinte (manda que anotemos): "Aos vinte e nove dias do mês de agôsto de mil setecentos e trinta, nesta igreja de N. S. da Conceição e com licença minha, batizou o reverendo padre João de Brito a Antônio, filho de Isabel, escrava de Manoel Francisco da Costa, de Bom Sucesso, e lhe pôs os Santos Óleos e o deu o dito senhor por fôrro; foi padrinho Antônio dos Reis, de que fiz êste assento." E continuando com a palavra: "Eis quanto mentira o Sr. Brêtas. Em primeiro lugar, êle transformou o Antônio em Antônio Francisco. Ainda enxertou o Lisboa no nome do minerador Manoel Francisco da Costa. Foi mais longe, com letra sua, no Livro Paroquial, acrescentou um *Lisboa* no Registro... É terrível tudo isso, mas temos de referir essas coisas, embora com vergonha. Ainda temos mais tolices. No Registro da matriz de Antônio Dias, de 14 de novembro de 1814, aparece o nome de um Antônio Francisco com setenta e seis anos, sepultado na Boa-Morte. Boa-Morte é o cemitério da Paróquia de Antônio Dias, situado ao lado da Capela das Dores. Brêtas, necessitando matar o seu Aleijadinho, escreveu o nome *Lisboa* em cima do nome dêsse Antônio Francisco, esquecendo-se de que o *Antônio*, filho da escrava Isabel, nasceu em 1730. Quem nasce em 1730, em 1814 não pode ter setenta e seis anos... Brêtas esqueceu ainda de que o português Antônio Francisco Lisboa, empreiteiro de obras em 1882, estava em Congonhas do Campo, trabalhando com vários de seus oficiais, nas obras dos Passos e dos Profetas góticos, modelos italianos, trazidos pelos Frades da Terra Santa do Hospício de Ouro Preto."

MAS, HOVE UM ALEIJADINHO...

Mestre Augusto de Lima finalizou dizendo que "Brêtas talvez não tivesse pretendido fazer mais do que um romance, e acabou perdendo a cabeça e enveredando pela História." Imprimindo ênfase a essa assertiva, proclamou: "O VERDADEIRO ALEIJADINHO CHAMAVA-SE JOACHIM JOSÉ DA SILVA, ERA NATURAL DE SABARÁ, TENDO TRABALHADO EM CONGONHAS SOB AS ORDENS DO PORTUGUÊS ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA." Como revelássemos nossa estranheza, pois era a primeira vez que ouvíamos aquêlê nome, adiantou-nos o ilustre autor da *História da Inconfidência*: "Pouco se sabe dêle. No Livro de Registros da Irmandade do Carmo de Sabará, pgs. 68 e 69 (Livro I), na Carta que a Mesa da Venerável Ordem do Carmo dirigiu ao capitão-mor Manoel Jorge Pena, lê-se a certa altura: ... "e por isso, aparecendo Joaquim José da Silva, o Aleijadinho, foi levado à Capela por alguns devotos irmãos e ali deu o seu parecer sôbre a formalidade da obra e falando-se-lhe em ajuste nenhum quis fazer etc.". Salomão de Vasconcelos leu êsse registro. Eu li êsse registro. Passado tempo, êsse documento foi publicado com a substituição do nome de *Joachim José da Silva*, por Antônio Francisco Lisboa. Quisemos conferir no Livro do Carmo. Pelo próprio autor da publicação, soubemos que êsse Livro tinha desaparecido, queimado num incêndio ocorrido na garagem dêle. O incêndio não queimou nem o automóvel, nem coisa alguma. Sômente queimou o Livro da Ordem do Carmo."

Estava-se fazendo tarde. O professor Augusto de Lima fêz porém questão que ainda anotássemos as palavras seguintes, proferidas num tom de desencanto pelas coisas da nossa História: "Há trinta anos que acontecem em Minas êsses "desaparecimentos" de Livros de Irmandades e documentos históricos importantes. Uma máfia se encarrega de fazê-los "desaparecer" quando alguém trabalha para escrever a História com honestidade."